SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI - CE

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI - CE é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, consoante ao Decreto - Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, regulamentada pelo Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, alterado pelo Decreto nº 6.635, de 05 de novembro de 2008, tem por escopo:

a) Realizar aprendizagem industrial em escolas instaladas e mantidas pela instituição ou sob a forma de cooperação;
b) Assistir as empresas na elaboração e execução dos programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
c) Proporcionar aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar em curso de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;
d) Conceder bolsa de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a empregados de empresa contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;
e) Cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas;
f) Funcionar como órgão consultivo do Governo Federal em assuntos relacionados com a formação de trabalhadores da indústria e atividades assemelhadas.

O SENAI Departamento Regional do Ceará, matriz, está localizado na Av. Barão de Studart, 1980, 2º Andar, Fortaleza, Ceará.

A entidade tem como principais fontes de receita, as contribuições compulsórias, previstas nos Artigos 4º e 6º do Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de Janeiro de 1942, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no segmento industrial. A Arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o industrial recolhe diretamente ao Departamento Regional, ou de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária ou guia do E-Social, paga à Receita Federal.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), especificamente aquelas aplicáveis às Entidades regidas pela Lei 4.320/64 e NBC T 16.6 (R1), aprovada pela Resolução, e alterada pela Resolução, e consonância com a Lei 11.638/07.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e , atendendo também a padronização do Plano de Contas e Manual de Padronização do Sistema Indústria, aprovado em consonância com a Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

De acordo com o que dispõe o artigo 35 e 36, do Regimento do SENAI, aprovado pelo Decreto 494, de 10 de janeiro de 1962, atualizado pelo Decreto nº 6.635, de 08 de novembro de 2008, o processo de prestação de contas do Departamento Regional do SENAI será examinado pela Comissão de Contas do Conselho Regional que se manifestará através de parecer e posteriormente, será apreciada e votada pelo plenário do Conselho Regional em reunião específica, obedecendo os prazos regimentais.

A Administração da "Entidade" autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 27 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelo seu valor justo.

2.3 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

- NBC TSP 11 – "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

NBC T 16.6 (R1) – "Demonstrações Contábeis". Esta norma foi alterada pela NBC TSP 11 – "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e estabelece exigências gerais para apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a comparabilidade tanto as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as de outras entidades. Esta norma deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019.

- NBC TSP 07 - "Ativo Imobilizado"

NBC T 16.10 – "Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público". Esta norma foi alterada pela NBC TSP 07 - "Ativo Imobilizado", cujo objetivo é estabelecer tratamento contábil para ativos imobilizados de maneira que possibilite o discernimento da informação nas demonstrações contábeis referente ao investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas variações. Esta nova é aplicável às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP Estrutura Conceitual. Esta norma deve ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicadas às entidades do setor público, bem como as especificações da Lei nº 4.320/64 e Manual de Padronização do Sistema Indústria, requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação de suas políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

a) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 4);
b) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de arrecadação direta (Nota nº 5);
c) Determinação das taxas de depreciação do Ativo Imobilizado (Nota nº 2.16);
d) Provisão para contingências judiciais (Nota nº 16);
e)

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, bem como os mesmos são revistos periodicamente.

2.5 Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da entidade. As informações financeiras estão evidenciadas de forma arredondadas para milhares de Reais, com exceção quando indicado de outra forma.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades do SENAI-CE estão representadas por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços, principalmente, na área de educação.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.8 Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são constituídas com base nos títulos vencidos a mais de 180 dias, conforme preceitua o "Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Sistema Indústria - CPC SI referente a Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes", a partir de uma análise individual dos vencimentos dos títulos.

2.9 Adiantamentos

Adiantamentos relacionados à salários, férias, 13º salário, adiantamentos a fornecedores e demais adiantamentos para realização de despesas de pagamento imediato.

2.10 Departamento conta movimento

Representam as operações financeiras entre o SENAI-CEe os Departamentos Nacional e Regionais da mesma Entidade.

2.11 Receitas a receber - Receitas de contribuições

Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, provenientes da contribuição compulsória de 1% sobre a folha de pagamento das empresas industriais, recolhida de forma direta através de convênio de arrecadação firmado diretamente com o SENAI-CE, ou indiretamente via GPS ou Guia e-social e repassadas ao SENAI-CE.

2.12 Outras receitas a receber

Correspondem aos valores a receber referente ao Pronatec, recursos estes recebidos pelo Departamento Nacional e depois repassados para o Regional. Tais valores estão estimados com base na execução de serviço realizada pelo SENAI-CE, podendo sofrer variação quando do recebimento.

2.13 Contas correntes ativas e passivas

Valores correspondentes a operações que constituem direitos ou obrigações realizadas junto aos centros de atividades, colaboradores ou terceiros.

2.14 Estoques

Os estoques são compostos de materiais utilizados para consumo, bem como materiais didáticos utilizados nos cursos prestados pela entidade. São mensurados pelo valor de custo médio de

aquisição, e não estão disponíveis para venda O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando do seu consumo.

2.15 Despesas antecipadas

Valores pagos pela contratação de licenças, que são apropriados mensalmente nas contas de resultado, observando o período de vigência do contrato.

2.16 Depósitos para recursos judiciais

Depósitos efetuados em contas bancárias por ordem judicial, registrados pelo seu valor original.

2.17 Imobilizado

Os bens imóveis e móveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção.

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. As avaliações foram feitas por empresa especializada independente, utilizando modelo próprio por meio do "Método Comparativo Direto de Dados de Mercado", com a utilização da estatística descritiva e aprovadas pela Administração da Entidade.

A Entidade submete-se à Norma Geral de Patrimônio NPSG nº. 2014001 de 07 de abril de2014 do Sistema FIEC, em consonância também com as Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Em relação à depreciação, os terrenos e os bens cedidos não são depreciáveis. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear a taxas anuais, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada para o exercício corrente.Ademais, a Administração da Entidade revisou a vida útil e adotou novas vidas úteis estimadas dos bens, bem como taxas anuais para a depreciação do imobilizado, conforme segue:

	Taxa média ponderada anual
Prédios	2%
Mobiliário em geral	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	20%

	Taxa média ponderada anual (atualizada)
Prédios	2%
Mobiliário em geral	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10% - 25%
Equipamentos de informática	25%
Veículos	8,33% - 20%

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.18 Intangível

A entidade registra os gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear, ao longo de sua vida útil estimada, e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A entidade efetuou o teste de recuperabilidade, no grupo de Intangíveis, registrando as perdas identificadas para as licenças de uso e software.

A vida útil dos bens intangíveis foi revisada, permanecendo o prazo anteriormente adotado, bem como a taxa anual para amortização dos bens intangíveis, conforme segue:

	Taxa média ponderada anual
Softwares	25%

2.19 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Geralmente, são reconhecidas pelo valor da fatura correspondente.

2.-20 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante as parcelas vincendas no prazo do exercício social (12 meses), e o restante do saldo devedor é classificado no Não Circulante.

2.21 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas mensalmente, e ajustadas quando necessário.

2.22 Benefícios a funcionários

(a) Participação nos lucros e bônus

A Instituição, em 25 de janeiro de 2018, aprovou junto ao Conselho Regional, o programa de participação nos lucros e resultados, com base em estudo feito por empresa de consultoria contratada. Tais participações seriam devidas, caso fossem atendidos alguns critérios de resultado global das entidades do SFIEC, índice de liquidez compatível por entidade, bem como atingimento de metas de execução de receitas e despesas.

(b) Planos de benefícios definidos

Nos planos de benefício definido os valores das pensões que serão recebidas pelos beneficiários encontram-se previamente definidos, calculados individualmente para cada plano, através de utilização de premissas atuariais de mensuração. As contribuições poderão ser ajustadas para garantir o pagamento desses benefícios.

A instituição contribui para o Plano de Previdência Complementar Industrial - PRECIN, que é recolhido mensalmente para a empresa Icatu Fundo Multipatrocinado, administradora do fundo de pensão.

2.23 Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

O registro das receitas atende ao que está definido na norma contábil, CPC 47, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Para esta norma contábil, que teve vigência iniciada em Janeiro de 2018, deve-se atender a cincocritérios, para a apropriação da receita:

a) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
b) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
c) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
d) Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
e) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço).

A entidade não sofreu impactos relevantes com a adoção da nova norma em suas demonstrações contábeis, e está atendendo ao que consta no normativo.

As receitas orçamentárias são constituídas pelas receitas correntes (da atividade própria) e receitas de capital.

(a) Receitas correntes: compostas pelas receitas de contribuições (arrecadação compulsória direta e indireta); receitas patrimoniais (aluguéis e rendimentos de valores mobiliários); receitas de serviços (serviços de consultoria e educacionais); outras receitas correntes (patrocínios, receitas financeiras e saldo de exercícios anteriores) e transferências correntes (subvenções e auxílios, apoios financeiros e incentivo à produção);
(b) Receitas de capital: receitas relacionadas à alienação de bens, apropriações de recursos financeiros destinados a atender às despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital (subvenções e auxílios).

Em relação às despesas, compreendem os gastos realizados pelo SENAI-CE na manutenção de suas atividades, identificadas como despesas correntes e despesas de capital, conforme segue:

(a) Despesas correntes: correspondem aos gastos necessários para manutenção das atividades da entidade. Composta pelas despesas com pessoal e encargos, ocupação e utilidades, transportes e viagens, serviços de terceiros, despesas financeiras, impostos e contribuições, e despesas diversas; e as transferências correntes (transferências regulamentares e auxílios a terceiros);
(b) Despesas de capital: gastos incorridos e provisões classificáveis como investimentos com bens móveis e imóveis, inversões financeiras e transferências de capital (amortização da dívida).

2.23 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros: os ativos financeiros da Entidade são mensurados inicialmente pelo valor justo. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber e departamento conta movimento. Na data do balanço, os ativos financeiros são avaliados para identificação da recuperabilidade de ativos.

(b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Entidade compreendem contas a pagar, fornecedores, empréstimos, financiamentos e convênios e acordos. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Após reconhecimento inicial, os empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e classificados como passivo circulante e não circulante, de acordo com o período de amortização total da transação.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Banco conta movimento	155	74
Aplicações financeiras	16.691	17.925
Total	**16.846**	**17.999**

As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4. CONTAS A RECEBER

	31.12.2018	31.12.2017
Clientes	3.059	1.995
Subtotal	**3.059**	**1.995**
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de clientes	(695)	(376)
Subtotal	**(695)**	**(376)**
Total	**2.364**	**1.619**

A entidade registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes. Além disso, tem como política reconhecer como perda os títulos vencidos há mais de 180 dias, conforme orienta o "CPC - SI) - Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes".

5. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamento a fornecedores	1.042	1.076
Total	**1.042**	**1.076**

6. RECEITAS A RECEBER - ARRECADAÇÃO

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo Circulante		
Arrecadação indireta	1.983	1.530
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta	1.384	1.654
Subvenção especial	1.421	1.331
	4.788	**4.515**
Convênios arrecadação direta	383	297
Subtotal	**5.171**	**4.812**
Ativo Não Circulante		
Convênios arrecadação direta	1.276	1.437
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da arrecadação direta	(907)	(594)
Subtotal	**369**	**843**
Total	**5.540**	**5.655**

Registra-se, nesta conta, o valor da dívida de empresas Industriais devedoras da arrecadação direta, que estão com processo judicial em curso. Os valores correspondentes às perdas estimadas no recebimento foram efetuados de acordo com a probabilidade de tipo de risco da ação definida pela Gerência Jurídica do Sistema FIEC.

7. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo Circulante		
Conta Movimento SESI	-	14
Conta Movimento FIEC	17	16
Total	**17**	**30**
Passivo Circulante		
Conta Movimento SESI	17	351
Conta Movimento FIEC	59	135
Conta Movimento IEL	63	17
Total	**139**	**503**

Estas rubricas referem-se as transações com partes relacionadas, registros esses, das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma "Entidade".

8. ESTOQUES

Os materiais em estoque são adquiridos pela entidade para consumo, e materiais didáticos para utilização nos cursos oferecidos pelo SENAI-CE.

	31.12.2018	31.12.2017
Produtos para consumo e materiais didáticos	1.342	1.003
Total	**1.342**	**1.003**

9. IMOBILIZADO

				Líquido	
SENAI DR CE	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Perda por *Impairment***	**2018**	**2017**
Terrenos	4.812	-	(39)	4.773	4.812
Imóveis	45.323	(9.020)	(7.204)	29.099	34.480
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.030	(1.136)	-	8.893	9.025
Veículos	1.995	(632)	-	1.363	1.788
Mobiliário em geral	3.826	(2.476)	(442)	907	1.555
Máquinas e equipamentos	54.335	(27.766)	(3.955)	22.614	24.161
Equipamentos de informática	6.046	(4.988)	(458)	599	1.135
Total	**126.366**	**(46.018)**	**(12.099)**	**68.249**	**76.957**

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, tendo sido identificado, por meio do *impairment test*, a desvalorização de alguns ativos em 2018. A vida útil dos foi revisada, sendo estimada com base em pesquisa de mercado, alterando também o saldo de vida útil remanescente para os bens avaliados. A atualização da vida útil dos bens foi adotada em 2018 para os bens que sofreram perda por *impairment*.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

Movimentação do imobilizado:

SENAI DR CE	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	Perda por *Impairment*	31.12.2018
Terrenos	4.812	-	-	-	(39)	4.773
Imóveis	34.480	2.680	-	(857)	(7.204)	29.099
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.025	67	-	(199)	-	8.893
Veículos	1.788	37	(974)	512	-	1.363
Mobiliário em geral	1.555	123	(118)	(210)	(442)	907
Máquinas e equipamentos	24.161	7.463	(893)	(4.162)	(3.955)	22.614
Equipamentos de informática	1.135	484	(147)	(416)	(458)	599
Total	**76.957**	**10.855**	**(2.133)**	**(5.332)**	**(12.099)**	**68.249**

Em Julho de 2018 iniciou o inventário dos bens patrimoniais do Sistema FIEC, com conclusão em dezembro de 2018.

O levantamento de inventário foi realizado pela equipe interna da Gerência de Contabilidade e Patrimônio, com auxílio de aplicativo desenvolvido pela GETIC – Gerência de Tecnologia e

Comunicação. Com o uso do aplicativo, foi possível efetuar a leitura do código de barra dos bens, realizando as movimentações no sistema Protheus, quando necessário. No levantamento, alguns bens não foram localizados, constando como ação para tratativa no inventário de 2019, conforme segue:

Unidades SENAI DR CE	Quantidade de bens	Bens para análise	Valor residual
SENAI DR	2.227	195	69
SENAI IST	1.135	54	25
SENAI Certrem	624	137	39
SENAI Juazeiro	2.537	16	1
SENAI Parangaba	2.639	85	10
SENAI AUA	6.813	14	2
SENAI CETAFR	4.745	468	29
SENAI Sobral	2.511	282	139
SENAI Barra	6.026	810	205
Total	**29.257**	**2.061**	**519**

10. PROCESSOS JUDICIAIS ATIVOS – ATIVO CONTINGENTE

Conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 e Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o ativo contingente não deve ser reconhecido, porém, quando for **"provável"** a entrada de benefícios econômicos, o mesmo deve ser divulgado, conforme item 34 do CPC 25. O SENAI-CE possui processos na condição de autor junto à Justiça Estadual e Justiça Federal, com probabilidade de êxito **"provável"**, cabendo a divulgação desses valores:

	31.12.2018	31.12.2017
Justiça Estadual	1.192	1.190
Justiça Federal	139	-161
Justiça Federal (SESI e SENAI)	150	-
Justiça Federal - (SESI, SENAI, FIEC, IEL e Condomínio)	7.912	7.912
Total	**9.393**	**9.363**

Na justiça federal, há processos correspondentes às entidades SESI, SENAI, FIEC, IEL e Condomínio, sendo considerado para fins de divulgação o valor total da causa.

11. FORNECEDORES A PAGAR

	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores - Pessoa Física	-	5
Fornecedores - Pessoa Jurídica	2.751	2.190
Total	**2.751**	**2.195**

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	31.12.2018	31.12.2017
Salários e encargos sociais	2.446	1.110
Provisão para férias e encargos sociais	1.659	1.864
IRRF a recolher	383	354
ISS a recolher	34	32
CSLL/PIS/COFINS a recolher	67	59
Total	**4.589**	**3.419**

O valor referente ao montante provisionado de remuneração variável a pagar (Participação nos lucros e resultados), correspondeu ao montante deR$ 1.220 Mi, registrados na rubrica de Salários e encargos a pagar. Os valores que foram provisionados para pagamento a título de participação nos resultados e lucros foram considerados com base na estimativa de atingimento de metas por setor, conforme determinado na política de Remuneração Variável do Sistema FIEC.

13. CONVÊNIOS – ARRECADAÇÃO DIRETA

Referente aos valores devidos pelo Departamento Regional ao Departamento Nacional, correspondente às arrecadações recebidas das empresas conveniadas:

	31.12.2018	31.12.2017
Convênios arrecadação direta	963	842
Total	**963**	**842**

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Valores correspondentes aos empréstimos relativos ao BNDES, captados pelo SENAI Departamento Nacional para repasse aos departamentos regionais, destinado ao desenvolvimento do Programa SENAI de Apoio à competitividade da Indústria Brasileira. O saldo do empréstimo foi atualizado à taxa TJLP na data do final do balanço.
A entidade possui dois empréstimos ativos com o Departamento Nacional: reequilíbrio de caixa nº 000091 e fundo de reserva financeira nº 000147. Os recursos são provenientes do fundo de reserva constituído entre os regionais, com base na Resolução SENAI 524/2012, com a finalidade de suprir os departamentos regionais de recursos financeiros para implementação de projetos específicos, alinhados à estratégia do Departamento Nacional.

Os valores dos empréstimos e financiamentos internos compreendem:

	31.12.2018	31.12.2017
Passivo Circulante		
Empréstimo Reequilíbrio de caixa - NR 000091	1.070	1.088
Empréstimo FRF - NR 000147	2.843	3.059
Juros s/ empréstimo reequilíbrio de caixa - NR 000091	-	116
Juros s/ empréstimo FRF - NR 000147	-	866
Subtotal	**3.913**	**5.131**
Não Circulante		
Empréstimo Reequilíbrio de caixa - NR 000091	-	957
Empréstimo FRF - NR 000147	7.268	9.825
Juros s/ empréstimo reequilíbrio de caixa - NR 000091	-	44
Juros s/ empréstimo FRF - NR 000147	-	1.267
Subtotal	**7.268**	**12.093**
Total	**11.181**	**17.224**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

Em relação aos empréstimo e financiamentos externos:

	31.12.2018	31.12.2017
Passivo Circulante		
BNDES - Aditivo I - Unid. Móvel Confecção	105	105
BNDES - Aditivo II - Empreend. IST	797	793
BNDES - Aditivo III - Unid. Móvel Panificação	107	107
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WCC	214	212
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WDS	122	104
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento Certrem	12	12
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento AUA	475	331
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Eletro e Madeira	-	228
BNDES - Aditivo V - Empreendimento AABMS	42	25
BNDES - Aditivo V - Empreendimento sobral	21	9
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Eletroeletrônica	150	-
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Madeira mobiliária	241	-
Atualização monetária - aditivo I	4	-
Atualização monetária - aditivo II	31	-
Atualização monetária - aditivo III	4	-
Atualização monetária - aditivo IV	32	-
Atualização monetária - aditivo V	18	-
Juros - Aditivo I - Unid. Móvel Confecção	-	62.066
Juros - Aditivo II - Empreend. IST	-	503.167
Juros - Aditivo III - Unid. Móvel Panificação	-	70.496
Juros - Aditivo IV - Empreendimento WCC	-	143.501
Juros - Aditivo IV - Empreendimento WDS	-	70.210
Juros - Aditivo IV - Empreendimento Certrem	-	7.986
Juros - Aditivo IV - Empreendimento AUA	-	212.205
Juros - Aditivo V - Unid. Móvel Eletro e Madeira	-	320.025
Juros - Aditivo V - Empreendimento AABMS	-	33.739
Juros - Aditivo V - Empreendimento sobral	-	9.327
Subtotal	**2.374**	**3.357**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

Não Circulante

BNDES - Aditivo I - Unid. Móvel Confecção	823	924
BNDES - Aditivo II - Empreend. IST	6.771	7.529
BNDES - Aditivo III - Unid. Móvel Panificação	955	1.059
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WCC	2.043	2.189
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WDS	1.161	1.072
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento Certrem	110	121
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento AUA	4.363	3.421
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Eletro e Madeira	-	4.467
BNDES - Aditivo V - Empreendimento AABMS	440	495
BNDES - Aditivo V - Empreendimento sobral	221	166
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Eletroeletrônica	1.563	-
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Madeira mobiliária	2.514	-
Atualização monetária - aditivo I	32	34
Atualização monetária - aditivo II	265	267
Atualização monetária - aditivo III	40	37
Atualização monetária - aditivo IV	300	163
Atualização monetária - aditivo V	183	136
Juros - Aditivo I - Unid. Móvel Confecção	-	321
Juros - Aditivo II - Empreend. IST	-	2.806
Juros - Aditivo III - Unid. Móvel Panificação	-	410
Juros - Aditivo IV - Empreendimento WCC	-	874
Juros - Aditivo IV - Empreendimento WDS	-	431
Juros - Aditivo IV - Empreendimento Certrem	-	49
Juros - Aditivo IV - Empreendimento AUA	-	1.375
Juros - Aditivo V - Unid. Móvel Eletro e Madeira	-	1.975
Juros - Aditivo V - Empreendimento AABMS	-	215
Juros - Aditivo V - Empreendimento sobral	-	74
Subtotal	**21.781**	**30.610**
Total	**35.336**	**51.190**
Circulante	6.287	8.488
Não circulante	29.049	42.702
Total	**35.336**	**51.190**

Os valores de juros a apropriar, tanto nas contas do ativo quanto no passivo (circulante e não circulante), conforme apresentado em 31 de dezembro de 2017, correspondem aos valores lançados dos juros sobre os empréstimos e financiamentos externos para apropriação mensal na conta de resultado, de acordo com a liquidação das parcelas. Em 2018, a entidade passou a registrar somente o valor da apropriação mensal na conta de resultado, não havendo impactos no patrimônio da entidade.

15. CONVÊNIOS E ACORDOS

Valores correspondentes aos projetos e convênios firmados com o Departamento Nacional e demais entidades, cuja as prestações de contas não foram realizadas em sua totalidade, uma vez que as receitas estão sendo apropriadas de acordo com a realização da despesa correspondente e andamento dos projetos.

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo Circulante		
PJ 265409 MODERN. TECN. CASA DA IND.	1.804	2.086
PJ -156507-FARINHA PEIXE P/CONS. ANIMAL	-	9
PJ 202712 LAJE NERVURADA ALVEOLAR	-	10
PJ 266313 IMP. BPM FLUIG PREM. DESEMP.	126	-
PJ 267748 MODERN DOS AMBIENTES EDUC	1.366	3.246
PJ MOCAMBIQUE JICA	275	736
PJ 180425 FORMA DE PLASTICO PARA PILAR	-	185
PJ AUX. CONST. TECNOL TEXTIL	-	866
PJ 240337 AMACIANTE COM ACAO REPELENTE	-	50
CONVENIO MDIC	200	-
PROJETO SEBRAE/SENAI	-	250
Total	**3.771**	**7.438**

Passivo Circulante		
PJ 265409 MODERN. TECN. CASA DA IND.	173	-
PJ AUX. CONST. TECNOL TEXTIL	866	-
Total	**1.039**	**-**

16. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A entidade é parte em diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do setor Jurídico da instituição. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

16.1 Composição das provisões

As provisões estão constituídas com base na avaliação da Gerência Jurídica da instituição, para processos com possibilidade de perda **"provável"**. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim representadas:

	31.12.2018	31.12.2017
Justiça Trabalhista	723	146
Justiça Estadual	20	10
Total	**742**	**156**

16.2 Passivo Contingente

A entidade é ré em ações de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, onde existe uma **"possível"** perda, e tais valores não são provisionados, porém conforme NBC TG 25 (R1), este Passivo Contingente deve ser divulgado, como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Justiça Trabalhista **(a)**	-	2.223
Justiça Trabalhista (SESI, SENAI, FIEC, IEL e Condomínio) **(a)**	-	4.136
Justiça Estadual	44	25
Justiça Federal - (Cíveis SESI e SENAI)	11	-
Total	**55**	**6.384**

(a) O processo trabalhista que havia sido divulgado em 2017 como possível de perda, passou a ser considerado com perda **"Provável"**, com provisão constituída na contabilidade, na entidade de origem do reclamante. Em função disto não estão divulgados no exercício de 2018 como Passivo Contingente.

17. PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor de R$ 47.540.885,13 (quarenta e sete milhões, quinhentos e quarenta mil, oitocentos e oitenta e cinco reais, e treze centavos) representa a situação patrimonial da entidade, posição em 31.12.2018, cuja a diminuição em relação ao exercício anterior em face do déficit apurado foi R$ 9.267.372,06, como segue demonstrado a seguir:

	31.12.2018
Superávit orçamentário 2018	-
(+) Variações patrimoniais ativas	
Resultante de execução orçamentária	9.942
Independente de execução orçamentária	1.380
Variações financeiras	7.309
Subtotal	**18.631**
(-) Variações patrimoniais passivas	
Resultante de execução orçamentária	(3.707)
Independente de execução orçamentária	(18.727)
Variações financeiras	(5.465)
Subtotal	**(27.899)**
Total	**(9.267)**

	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio social acumulado	56.808	67.788
Adicionado ao exercício	(9.267)	(10.980)
Total	**47.541**	**56.808**

18. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - (NÃO AUDITADO)

A execução orçamentária do exercício está demonstrada em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 (gestão orçamentária), apresentando os seguintes resultados:

	Dotação	Realização
Receitas correntes	98.684	89.592
Receitas de capital	8.186	6.329
Total	**106.869**	**95.921**

	Dotação	Realização
Despesas correntes	87.096	79.624
Despesas de capital	19.774	16.297
Total	**106.869**	**95.921**

Ainda, em relação aos valores arrecadados e gastos pela entidade no exercício de 2018, verificou-se a seguinte participação das principais receitas e despesas em relação aos seus totais, de forma comparativa com o exercício anterior.

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas		
Contribuições **(a)**	49.660	48.102
Patrimoniais **(b)**	923	1.985
Serviços	14.702	15.079
Outras receitas correntes **(c)**	4.630	7.505
Subvenções e auxílios regul./regimentais **(d)**	7.780	7.539
Convênios **(e)**	243	1.589
Apoios financeiros **(f)**	11.653	4.535
Receitas de capital **(g)**	6.329	19.238
Total	**95.921**	**105.571**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais mil)

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas		
Pessoal e encargos sociais	47.956	52.949
Ocupação e utilidades	3.734	4.490
Material de consumo	2.505	2.526
Transportes e viagens	2.844	3.093
Serviços de terceiros	16.232	21.631
Outras despesas correntes	166	156
Despesas financeiras	2.515	2.886
Impostos, taxas e contribuições	94	167
Despesas diversas **(h)**	1.331	1.200
Contrib./transf. regul./regimentais **(i)**	1.710	1.704
Convênios	500	60
Auxílios a terceiros	36	549
Despesas de capital	16.297	14.162
Total	**95.921**	**105.571**

(a) Receitas de contribuições: compostas pelas arrecadações direta e indireta.

	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição compulsória direta	23.843	21.093
Contribuição compulsória indireta	25.818	27.010
Total	**49.660**	**48.102**

(b) Receitas patrimoniais

	31.12.2018	31.12.2017
Aluguéis	10	51
Rendimentos de aplicação financeira	913	1.446
Atualização crédito tributário	-	489
Total	923	1.985

(c) Outras receitas correntes: correspondem aos valores recebidos a título de recuperação de despesas; indenizações e restituições; receitas financeiras (juros e multa); patrocínios; e "saldo de exercícios anteriores" relacionado à apropriação de parte do saldo financeiro líquido do exercício anterior, tendo em vista a abertura de crédito orçamentário adicional, nos termos da Lei 4.320/64, art. 43, parágrafo I, inciso I. O lançamento é realizado em outras receitas correntes em contrapartida à variação patrimonial passiva, ou seja, sem influenciar no resultado patrimonial. Em 2018, o valor mensurado foi R$ 2.413.473,71.

	31.12.2018	31.12.2017
Recuperação de despesas	1.888	3.376
Receitas financeiras	172	108
Indenizações e restituições	139	795
Saldo de exercícios anteriores	2.413	3.216
Receitas de patrocínios	18	9
Total	4.630	7.505

(d) Subvenções e auxílios regulamentares e regimentais são valores referentes às subvenções especiais e ordinárias, repassadas pelo Departamento Nacional, calculados com base nos valores arrecadados da contribuição compulsória indireta.

(e) Convênios: captação de recursos decorrente de convênios firmados entre entidades do Sistema Indústria e outras entidades (públicas, privadas, sindicatos, etc.).

(f) Apoios financeiros: valores apropriados no resultado relativos aos projetos estratégicos e apoios para eventos; modernização da gestão, bem como valores recebidos do Departamento Nacional a título de incentivo à produção, os quais são destinados a atender a manutenção e ampliação de programas de atendimento à indústria e trabalhadores.

	31.12.2018	31.12.2017
Feiras e eventos	180	208
Modernização da gestão	3.210	1.015
Projetos estratégicos	8.061	2.300
Incentivo à produção	202	1.012
Total	11.653	4.535

(g) Receitas de capital: constam as receitas de alienação de bens móveis, que são vendidos através de leilão público, bem como as operações de créditos interna e externa, e receita de auxílios extraordinários.

	31.12.2018	31.12.2017
Operações de crédito internas (FRF)	-	12.505
Operações de crédito externas (BNDES)	3.437	1.165
Alienação de bens móveis	346	-
Auxílios extraordinários	2.546	5.568
Total	6.329	19.238

(h) Despesas diversas

	31.12.2018	31.12.2017
Arrecadação indireta	904	945
Judiciais, cartoriais e editais	12	9
Multas de trânsito	2	-
Representação e integração	2	6
Jetons	91	88
Provisão de devedores duvidosos	319	149
Pedágio e estacionamento	1	1
Total	**1.331**	**1.200**

(i) Contribuições e transferências regulamentares e regimentais

	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição FIEC	749	765
Contribuição IEL	961	940
Total	1.710	1.704

19. BALANÇO FINANCEIRO

Os recursos da Entidade estão demonstrados através do Balanço Financeiro, que obedece ao modelo da Lei nº 4.320/64, evidenciando os valores recebidos, as despesas pagas e as disponibilidades financeiras iniciais e finais, conforme demonstrado:

	31.12.2018
Saldo do exercício anterior	**17.999**
(+) Recursos recebidos	
Receitas orçamentárias	95.921
Receitas extra orçamentárias	21.253
Variações patrimoniais ativas	7.309
Subtotal	**142.482**
(-) Aplicações de recursos	
Despesas orçamentárias	(95.921)
Despesas extra orçamentárias	(21.836)
Variações patrimoniais passivas	(7.878)
Subtotal	**(125.636)**
Total	**16.846**
Déficit do exercício	**(1.153)**

20. SEGUROS

Os bens da Entidade estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela "Entidade", está demonstrada a seguir:

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Bens imóveis (incêndio/raio/explosão)	19/07/2018 a 19/07/2019	9.000
Bens imóveis (vendaval/furação/ciclone/chuva)	19/07/2018 a 19/07/2019	1.000
Bens imóveis (danos elétricos)	19/07/2018 a 19/07/2019	600
Bens imóveis (equipamentos eletrônicos)	19/07/2018 a 19/07/2019	300
Bens imóveis (responsabilidade civil)	19/07/2018 a 19/07/2019	800
Veículos (danos materiais/corporais)	29/08/2018 a 29/08/2019	1.300
Seguros bens diversos (danos elétricos)	12/04/2018 a 12/04/2019	20
Seguros bens diversos (danos de causa externa)	12/04/2018 a 12/04/2019	188
Seguros bens diversos (incêndio/raio/explosão/impl.)	12/04/2018 a 12/04/2019	188

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade avaliou possíveis eventos subsequentes à luz das normas vigentes e entende que não existem fatos a serem divulgados que possam ter impacto sobre os demonstrativos contábeis.

* * *

Ana Carolina Pereira Dutra Miranda
Gerente de Contabilidade
CRC-CE 019258/O-0

Paulo André de Castro Holanda
Diretor Regional do SENAI DR CE